

## RECLAMAÇÃO 21.973 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
RECLTE.(S)	: DANIEL BISPO DOS SANTOS
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECLDO.(A/S)	: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DE CARAGUATATUBA
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

### **Decisão:**

1. Trata-se de reclamação, com pedido de liminar, contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Caraguatatuba/SP.

O reclamante alega, em síntese, que a decisão reclamada desrespeitou o comando da Súmula Vinculante 26, pois teria determinado a elaboração de exame criminológico como requisito para concessão de progressão de regime mediante mera alusão à conduta praticada com violência. Contudo, por consubstanciar elemento do tipo penal de roubo, a violência não constitui fundamentação concreta e idônea a amparar a mencionada exigência. Sendo assim, requer, liminarmente, *“a transferência do Sr. Lucas para o regime semiaberto para que lá aguarde julgamento final”*.

2. O cabimento da reclamação, instituto jurídico de natureza constitucional, deve ser aferido nos estritos limites das normas de regência, que somente a concebem para preservação da competência do Tribunal e para garantia da autoridade de suas decisões (art. 102, I, I, CF), bem como contra atos que contrariem ou indevidamente apliquem Súmula Vinculante (art. 103-A, § 3º, da CF).

Portanto, a função precípua da reclamação constitucional reside na proteção da autoridade das decisões de efeito vinculante proferidas pela Corte Constitucional e no impedimento de usurpação da competência que lhe foi atribuída constitucionalmente. **A reclamação não se destina, destarte, a funcionar como sucedâneo recursal ou incidente dirigido à observância de entendimento jurisprudencial sem força vinculante.**

3. Fixadas tais premissas, consigno que a Súmula Vinculante 26 desta Corte enuncia que:

“Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena **por crime hediondo, ou equiparado**, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, **podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.**”

Como se vê, o verbete sumular disciplina o regime de individualização da execução da pena decorrente de condenação pela prática de crimes hediondos e equiparados. A inicial, contudo, narra que o reclamante teria sido condenado pela prática do crime de roubo, que é desprovido de hediondez.

Nessa linha, ainda que potencialmente inobservada a *ratio decidendi*, não verifico violação **direta** ao disposto em entendimento sumular, sendo que é *“inviável reclamação quando ausente relação de estrita identidade entre o ato atacado e o paradigma supostamente violado.”* (Rcl 21002 ED, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 04/08/2015, grifei).

Na mesma toada, pontuo que o Supremo Tribunal Federal, predominantemente, não tem admitido a aplicação da Teoria da

Transcendência dos Motivos Determinantes para fins de ajuizamento de reclamação constitucional:

“RECLAMAÇÃO APRECIACÃO DAS CONTAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PELO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS ALEGADO DESRESPEITO À AUTORIDADE DOS JULGAMENTOS PROFERIDOS, COM EFEITO VINCULANTE, NO EXAME DA ADI 849/MT, DA ADI 1.779/PE E DA ADI 3.715/TO INOCORRÊNCIA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DE INVOCAR-SE, PARA FINS DE RECLAMAÇÃO, A TESE DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS QUE EMBASARAM AS DECISÕES QUE ESTA SUPREMA CORTE PROFERIU EM SEDE DE CONTROLE NORMATIVO ABSTRATO.” (Rcl 19099 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 05/05/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-099 DIVULG 26-05-2015 PUBLIC 27-05-2015, *grifei*)

“A eficácia vinculante dos acórdãos proferidos em processos de controle concentrado de constitucionalidade abrange apenas o objeto da ação. **Inaplicabilidade da transcendência dos motivos determinantes.** Precedentes.” (Rcl 4454 AgR, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 03/03/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-051 DIVULG 16-03-2015 PUBLIC 17-03-2015, *grifei*)

À míngua de identidade de objeto entre o paradigma invocado e o ato reclamado, não há como divisar a alegada afronta à autoridade de decisão desta Excelsa Corte. **Fundada na tese segundo a qual extensiva a eficácia vinculante da decisão aos fundamentos a ela subjacentes, a reclamação não atende à exigência contida no art. 102, I, 1, da CF.** (Rcl 5542 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 24/02/2015, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-046 DIVULG 10-03-2015 PUBLIC 11-03-2015, *grifei*)

Não bastasse, diversos precedentes desta Corte reconhecem que a prática do crime mediante violência ou grave ameaça e o tempo restante de pena a cumprir podem configurar motivação legítima da imposição de exame criminológico. Nesse sentido: Rcl 21615, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, julgado em 30/09/2015; Rcl 21485, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, julgado em 08/09/2015; Rcl 20006, Relator(a): Min. ROSA WEBER, julgado em 10/04/2015).

A esse respeito, consigno que, no ambiente de individualização da execução penal, admite-se *“certa discricionariedade, contanto que as razões respectivas venham devidamente justificadas.”* (Rcl 21151, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, julgado em 04/08/2015)

Sendo assim, o eventual desacerto do convencimento jurisdicional não se submete, por meio de reclamação, ao crivo do STF. Isso porque, presente fundamentação mínima, ausente está a violação explícita ao verbete sumular.

Ademais, como dito, o instrumento de impugnação não se presta a figurar como sucedâneo recursal, de modo que a convicção motivada do Juiz singular não pode ser alcançada pela via eleita.

3. Pelo exposto, nos termos do artigo 21, §1º, do RI/STF, **nego seguimento** à presente reclamação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 12 de outubro de 2015.

**Ministro Edson Fachin**

Relator

*Documento assinado digitalmente*